



**Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP**

**E-PROCESSO Nº 19841.720025/2017-14 (LICITAÇÃO)  
PREGÃO DERAT Nº 01/2018  
PROCESSO Nº 15875.720016/2018-58 (CONTRATAÇÃO)**

## CONTRATO Nº 03/2018

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
03/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO  
BRASIL EM ARAÇATUBA E A EMPRESA SIMPRESS  
COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

A União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba, com sede na rua Miguel Caputi, nº 60 – Vila Santa Maria, na cidade de Araçatuba/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0119-33, neste ato representada pela Analista Tributária da Receita Federal do Brasil, Sª Lúcia Helena Fedrizzi Custódio, nomeada pela Portaria nº 7.188, de 30 de abril de 2007, publicada no *DOU* de 02 de maio de 2007, inscrita no CPF nº 023.630.558-10, portadora da Carteira de Identidade nº 11.078.975, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.432.517/0001-07, sediada na Alameda Ásia, nº 164, 2º andar – Polo Empresarial Tamboré em Santana de Parnaíba/SP – CEP 06543-312, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelos Srs. Paulo Roberto Alouche, portador da Carteira de Identidade nº 14.944.870, expedida pela SSP/SP, e CPF/MF nº 083.637.828-82 e Fernando José Coutinho Martins, portador da Carteira de Identidade nº 22.624.047-2 e CPF 159.187.768-77, tendo em vista o que consta no Processo nº 15875.720016/2018-58 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão DERAT nº 01/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de solução continuada de impressão, cópia e digitalização corporativa, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, para atender a DRF Araçatuba e ARF's Andradina, Jales, Lins, Penápolis e Pereira Barreto/SP.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



## 1.3 Objeto da contratação:

CUSTO MENSAL – PARTE FIXA									
ITEM	EQUIPAMENTO		FRANQUIA		CUSTO UNITÁRIO		VALOR MENSAL		Valor Total Mensal
	TIPO	QTDE	Produção preto e branco	Cópia a cores	Produção preto e branco	Cópia a cores	Produção preto e branco	Cópia a cores	
1	A	26	65.000		0.1195		7.767,50		7.767,50
2	B	1	1.000	2.000	0.0500	0.7700	50,00	1.540,00	1.590,00
Subtotal 1									9.357,50

CUSTO MENSAL – PARTE VARIÁVEL											
ITEM	EQUIPAMENTO		EXCEDENTES		DESCONTO Item 1 = 84 52%, Item 2 PB 22,20%, COR 82 34% SOBRE VALOR DO CUSTO UNIT DA FRANQUIA		CUSTO UNITÁRIO COM DESCONTO		VALOR MENSAL		Valor Total Mensal
	TIPO	QTDE	Produção preto e branco	Cópia a cores	Produção preto e branco	Cópia a cores	Produção preto e branco	Cópia a cores	Produção preto e branco	Cópia a cores	
1	A	26	10.000		0,1010		0,0185		184,99		184,99
2	B	1	500	1.500	0,0111	0,6340	0,0389	0,1360	19,45	203,97	223,42
Subtotal 2											408,41
TOTAL MÁXIMO FRANQUIA + EXCEDENTE – ITEM 1											7.952,49
TOTAL MÁXIMO FRANQUIA + EXCEDENTE – ITEM 2											1.813,42
VALOR MÁXIMO DO CONTRATO											9.765,91

OBS: As definições e descrições dos itens constam do Termo de Referência.

## 2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 25/04/2018 e encerramento em 24/04/2022, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4 A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal máximo da contratação é de R\$ 9.765,91 (nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos), perfazendo o valor total máximo de R\$ 468.763,68 ( quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos) para 48 (quarenta e oito) meses de contrato.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO: FORMA DE APURAÇÃO DO VALOR MENSAL

A) O Valor Mínimo Mensal em reais que será pago pela Contratante relativo à prestação dos serviços será conforme a fórmula a seguir:

$$VMM = QMP * VUP + QMS * VUS$$





Sendo: VMM=Valor Mensal Mínimo (franquia)  
 QMP=Quantidade mínima (franquia) de páginas impressas e/ou copiadas por tipo de máquina;  
 VUP=Valor unitário da página, por tipo de máquina;  
 QMS=Quantidade mínima (franquia) de senha emitida (impressora térmica);  
 VUS=Valor unitário da impressão de senha

A1) O Valor da Franquia Mensal (VMM ou, simplesmente, Valor Mínimo) corresponde ao valor mínimo que será pago mensalmente à CONTRATADA, de acordo com a fórmula acima estabelecida.

B) A apuração do valor, em reais, referente à produção efetiva mensal deverá ser feita conforme a fórmula a seguir:

$$VEM = QP * VUP + QS * VUS$$

Sendo: VEM=Valor Efetivo Mensal;  
 QP=Quantidade de páginas impressas e/ou copiadas por tipo de máquina;  
 VUP=Valor unitário da página, por tipo de máquina;  
 QS=Quantidade de senha emitida;  
 VUS=Valor da impressão da senha

B1) O Valor Efetivo Mensal (VEM) corresponde ao somatório da quantidade mensal de cópia/impressão e impressão de senhas efetivamente verificada em cada Unidade da Contratante.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Independentemente do Valor Efetivamente Apurado no Mês (VEM), a CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento mensal mínimo correspondente ao Valor da Franquia Mensal (VMM ou, simplesmente, Valor Mínimo) de acordo com as seguintes regras:

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o Valor Efetivamente Apurado no Mês (VEM) seja menor que o Valor da Franquia Mensal, será pago à CONTRATADA o Valor da Franquia Mensal e, simultaneamente, será realizado crédito da diferença a favor da CONTRATANTE.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Caso o VEM seja maior do que o VMM, será pago à CONTRATADA o valor da quantidade efetivamente realizada, descontado o valor em créditos existentes a favor da CONTRATANTE, até o limite do Valor da Franquia Mensal (VMM ou, simplesmente, Valor Mínimo).

#### PARÁGRAFO QUINTO

Os créditos a favor da CONTRATANTE serão descontados mensalmente, assegurado o pagamento mensal à CONTRATADA do Valor da Franquia Mensal (VMM ou, simplesmente, Valor Mínimo).

#### PARÁGRAFO SEXTO

Caso sejam constatados consecutivos valores em crédito, ou montante em crédito muito elevado, poderá ser efetuada, a critério da CONTRATANTE, a retirada de equipamentos multifuncionais de forma a manter os pagamentos mensais efetuados próximos ao Valor da Franquia Mensal (VMM ou, simplesmente, Valor Mínimo).

### 4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001 / 170134

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho: OUTRCUSTEIO



Elemento de Despesa: 339040

PI: Outras Despesas de Custeio

4.2 Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

## **6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INPC/IBGE.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 23.438,18 (vinte e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), na modalidade seguro garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

## **8 CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;





12.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Araçatuba/SP – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Araçatuba, 25 de abril de 2018

  
Lúcia Helena Fedrizzi Custódio

CONTRATANTE

  
Paulo Roberto Alouche

CONTRATADA

Paulo Roberto Alouche  
RG: 14.944.870  
CPF: 083.637.828-82

  
Fernando José Coutinho Martins

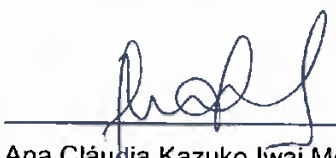
CONTRATADA

Fernando José Coutinho Martins  
RG: 22.624.047-2  
CPF: 159.187.768-77  
Diretor Financeiro

TESTEMUNHAS:

  
Marli Juares Hecht de Souza

CPF 126.558.608-02

  
Ana Cláudia Kazuko Iwai Moraes Bueno

CPF 218.690.078-59





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por MARLI JUARES HECHT DE SOUZA em 03/05/2018 10:55:00.

Documento autenticado digitalmente por MARLI JUARES HECHT DE SOUZA em 03/05/2018.

Esta cópia / impressão foi realizada por SANDRA KIMIE OKU LEONARDI em 31/05/2019.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP31.0519.13454.TE9M**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**C7EA1BB12F4E4A52640A9042FB4E2FE2830AE5FE23F020A457D74788713B27EA**